



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 341.790 - PR (2015/0296257-9)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : GUILHERME ZILIANI CARNELOS E OUTROS
ADVOGADO : GUILHERME ZILIANI CARNELOS E OUTRO(S)
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : ROGERIO SANTOS DE ARAUJO (PRESO)

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. **HABEAS CORPUS** SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. OPERAÇÃO "LAVA-JATO". NULIDADE. NEGATIVA DE ACESSO À INTEGRALIDADE DOS ELEMENTOS DE PROVAS COLHIDOS NA OPERAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. **HABEAS CORPUS** NÃO CONHECIDO.

I - A Primeira Turma do col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso ordinário (v.g.: HC n. 109.956/PR, Rel. Min. **Marco Aurélio**, DJe de 11/9/2012; RHC n. 121.399/SP, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 1º/8/2014 e RHC n. 117.268/SP, Rel. Min. **Rosa Weber**, DJe de 13/5/2014). As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinharam-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do **writ** substitutivo em detrimento do recurso adequado (v.g.: HC n. 284.176/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Laurita Vaz**, DJe de 2/9/2014; HC n. 297.931/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio Bellizze**, DJe de 28/8/2014; HC n. 293.528/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 4/9/2014 e HC n. 253.802/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 4/6/2014).

II - Portanto, não se admite mais, perfilhando esse entendimento, a utilização de **habeas corpus** substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não conhecimento da impetração. Contudo, no caso de se verificar configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, recomenda a jurisprudência a concessão da ordem de ofício.

III - As teses referentes à nulidade do processo em razão da oitiva de um colaborador como testemunha durante a instrução, bem como acerca da ausência de manifestação do juiz de primeiro grau sobre a expedição de ofício ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) dirigido às autoridades suíças não foram analisadas pelo Tribunal **a quo**, razão pela qual esta Corte fica impedida de manifestar-se sobre os pedidos, sob pena de supressão de instância.

IV - De acordo com o artigo 5º da Lei nº 12.850/13, no bojo da colaboração premiada, é direito do colaborador ter a sua qualificação e dados pessoais preservados. **No presente caso**, a decisão do magistrado de vedar o acesso às informações referentes ao local de residência e às autorizações para deslocamentos do colaborador está assente com a legislação de regência, bem como não tem o condão de inviabilizar o direito defesa do ora paciente.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

V - É cediço que a colaboração premiada tem natureza jurídica de **meio de obtenção de prova**. Dessa forma, um acordo de colaboração não enseja, por si só, uma sentença condenatória, aquele precisa estar amparado por um conjunto probatório, conforme o art. 4º, § 16, da Lei nº 12.850/13. **In casu**, a eventual falta de acesso à fase preliminar de um acordo não tem o condão de anular o processo por cerceamento de defesa.

VI - Consoante o princípio **pas de nullité sans grief**, evidenciado no art. 563 do **CPP** ("nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa"), não há que se falar em declaração de **nulidade** de ato processual se dele não resultou qualquer prejuízo concreto para a defesa do paciente.

Habeas corpus não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

SUSTENTOU ORALMENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

Brasília (DF), 26 de abril de 2016 (Data do Julgamento).

Ministro Felix Fischer

Relator



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 341.790 - PR (2015/0296257-9)

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO FELIX FISCHER: Trata-se de **habeas corpus** impetrado em favor de ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO contra v. acórdão oriundo da col. Oitava Turma do eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi denunciado pela prática, em tese, dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção ativa, em decorrência das investigações realizadas no bojo da denominada "**Operação Lava-Jato**".

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal de origem, que, à unanimidade, denegou a ordem. Destaco, oportunamente, a ementa do v. acórdão, **verbis**:

"HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE ACESSO A AUTOS DE DELAÇÃO PREMIADA E DOCUMENTOS DIVERSOS. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA.

1. A parte tem direito ao acesso a todas as provas que possam interferir na sua defesa, inclusive aos termos da delação premiada, respeitados, porém, o sigilo de dados pessoais dos colaboradores.

2. Eventual discussão a respeito de quaisquer vícios materiais e formais da prova poderá ter lugar no curso da própria ação penal ou mesmo em sede recursal, de modo que não se mostra, de momento, flagrante constrangimento ilegal capaz de provocar a nulidade da ação penal.

3. Ordem denegada" (fl. 28).

Daí o presente **writ**, no qual o impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão da obstrução, pelo magistrado de 1º grau, de acesso aos elementos de prova necessários ao exercício da defesa. Assevera que, no presente caso, não se trata de indeferimento à produção de prova, mas sim foi negado à defesa o acesso à prova já produzida.

Aduz que não teve acesso à íntegra da quebra de sigilo telemático de Pedro Barusco, o que inviabilizou a inquirição do delator em audiência.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Argumenta que, após o recebimento da denúncia, não há mais sigilo do acordo de colaboração premiada. Sustenta que o magistrado não permitiu o acesso da defesa aos acordos de colaboração premiada de Augusto Mendonça, Júlio Camargo, Paulo Roberto Costa, Pedro Barusco e Rafael Angulo Lopes.

Relata que não foi permitido à defesa ter conhecimento acerca do conteúdo dos anexos da denúncia, em especial o anexo 5 que se refere a Rogério, bem como foi vedado o acesso da quebra telemática referente ao e-mail do próprio paciente no bojo do Processo nº 5034704-29.2015.4.04.7000.

Afirma que requereu, perante o Juízo de primeiro grau, a expedição de ofício para o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional a fim de obter a informação acerca da existência de pedido de cooperação internacional dirigido às autoridades suíças relacionado à Construtora Odebrecht ou a uma das empresas do Grupo Odebrecht. Todavia, tal pleito foi ignorado pelo magistrado.

Alega que o delator Ricardo Pessoa foi ouvido como testemunha sem que a defesa tivesse acesso prévio aos termos da colaboração. Assevera que só o fato de um delator ter sido ouvido como testemunha já gera nulidade, conforme a decisão do STF na AP 470.

Sustenta a existência de cerceamento de defesa, haja vista a negativa de acesso do paciente à integralidade das provas da "**Operação Lava-Jato**", o que contraria o disposto na Súmula Vinculante nº 14.

Requer, ao final, a concessão da ordem "*para que seja determinado o acesso a todos os elementos de investigação que ainda restam ocultos da defesa, anulando-se o feito desde a citação, para garantir efetivo respeito ao princípio da paridade de armas*" (fls. 25-26).

A liminar foi indeferida às fls. 1.259-1.260.

As informações foram prestadas às fls. 1.267-1.309.

O d. Ministério Público Federal, às fls. 1315-1324, manifestou-se pelo **não conhecimento** do **writ** e, caso dele se conheça, pela denegação da ordem, em parecer assim ementado, **verbis**:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ORDINÁRIO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. NÃO CONHECIMENTO. 'OPERAÇÃO LAVA JATO'. CRIMES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE CAPITAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA - NEGATIVA DE ACESSO A AUTOS DE DELAÇÃO PREMIADA E DOCUMENTOS DIVERSOS. INOCORRÊNCIA. INFORMAÇÕES JÁ DISPONIBILIZADAS QUANDO DO OFERECIMENTO DA PEÇA ACUSATÓRIA E ATENDIDAS PELO JUÍZO DE PISO QUANDO DEVIDAMENTE REQUERIDAS. DADOS PESSOAIS DOS COLABORADORES ACOBERTADOS PELO SIGILO. ESPECIFICAÇÃO DE QUAIS DADOS A SEREM ACESSADOS SOMENTE EM SEDE RECURSAL, O QUE EXIME DE RESPONSABILIDADE O JULGADOR DE PRIMEIRO GRAU. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO (ART. 563, CPP). DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. RITO CÉLERE E SUMÁRIO DA VIA MANDAMENTAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.

- Parecer pelo não conhecimento da ordem; caso dela se conheça, pela denegação."

É o relatório.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 341.790 - PR (2015/0296257-9)

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. **HABEAS CORPUS** SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. OPERAÇÃO "LAVA-JATO". NULIDADE. NEGATIVA DE ACESSO À INTEGRALIDADE DOS ELEMENTOS DE PROVAS COLHIDOS NA OPERAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. **HABEAS CORPUS** NÃO CONHECIDO.

I - A Primeira Turma do col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso ordinário (v.g.: HC n. 109.956/PR, Rel. Min. **Marco Aurélio**, DJe de 11/9/2012; RHC n. 121.399/SP, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 1º/8/2014 e RHC n. 117.268/SP, Rel. Min. **Rosa Weber**, DJe de 13/5/2014). As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinharam-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do **writ** substitutivo em detrimento do recurso adequado (v.g.: HC n. 284.176/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Laurita Vaz**, DJe de 2/9/2014; HC n. 297.931/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio Bellizze**, DJe de 28/8/2014; HC n. 293.528/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 4/9/2014 e HC n. 253.802/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 4/6/2014).

II - Portanto, não se admite mais, perfilhando esse entendimento, a utilização de **habeas corpus** substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não conhecimento da impetração. Contudo, no caso de se verificar configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, recomenda a jurisprudência a concessão da ordem de ofício.

III - As teses referentes à nulidade do processo em razão da oitiva de um colaborador como testemunha durante a instrução, bem como acerca da ausência de manifestação do juiz de primeiro grau sobre a



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

expedição de ofício ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) dirigido às autoridades suíças não foram analisadas pelo Tribunal **a quo**, razão pela qual esta Corte fica impedida de manifestar-se sobre os pedidos, sob pena de supressão de instância.

IV - De acordo com o artigo 5º da Lei nº 12.850/13, no bojo da colaboração premiada, é direito do colaborador ter a sua qualificação e dados pessoais preservados. **No presente caso**, a decisão do magistrado de vedar o acesso às informações referentes ao local de residência e às autorizações para deslocamentos do colaborador está assente com a legislação de regência, bem como não tem o condão de inviabilizar o direito de defesa do ora paciente.

V - É cediço que a colaboração premiada tem natureza jurídica de **meio de obtenção de prova**. Dessa forma, um acordo de colaboração não enseja, por si só, uma sentença condenatória, aquele precisa estar amparado por um conjunto probatório, conforme o art. 4º, § 16, da Lei nº 12.850/13. **In casu**, a eventual falta de acesso à fase preliminar de um acordo não tem o condão de anular o processo por cerceamento de defesa.

VI - Consoante o princípio **pas de nullité sans grief**, evidenciado no art. 563 do CPP ("nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa"), não há que se falar em declaração de **nulidade** de ato processual se dele não resultou qualquer prejuízo concreto para a defesa do paciente.

Habeas corpus não conhecido.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO FELIX FISCHER: Primeira Turma do col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus**



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso ordinário (v.g.: HC n. 109.956/PR, Rel. Min. **Marco Aurélio**, DJe de 11/9/2012; RHC n. 121.399/SP, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 1º/8/2014 e RHC n. 117.268/SP, Rel. Min. **Rosa Weber**, DJe de 13/5/2014).

As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinham-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do **writ** substitutivo em detrimento do recurso adequado (v.g.: HC n. 284.176/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Laurita Vaz**, DJe de 2/9/2014; HC n. 297.931/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio Bellizze**, DJe de 28/8/2014; HC n. 293.528/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 4/9/2014 e HC n. 253.802/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 4/6/2014).

Portanto, não se admite mais, perfilhando esse entendimento, a utilização de **habeas corpus** substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não conhecimento da impetração. Contudo, no caso de se verificar configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, recomenda a jurisprudência a concessão da ordem de ofício.

Passo ao exame das razões veiculadas no **mandamus**.

Busca-se, em síntese, na presente impetração, a nulidade do processo desde a citação do ora paciente, haja vista a configuração do cerceamento de defesa em razão da negativa de acesso à integralidade das provas decorrentes da "**Operação Lava-Jato**".

Para delimitar a **quaestio**, transcrevo, oportunamente, trecho do v. acórdão reprochado, **verbis**:

"Após determinação contida na decisão liminar, peticionou a defesa (ev. 11), indicando quais os acessos efetivamente pretendidos e negados pela autoridade impetrada.

A autoridade impetrada, então, prestou as seguintes informações (ev. 12):

'Rogério Santos de Araújo responde à ação penal 5036528-23.2015.4.04.7000 perante este Juízo.

*A ação penal é eletrônica e a sua **Defesa tem acesso a todos os processos conexos eletronicamente, salvo aqueles que tem sigilo decretado.***

Em decisões do evento 75, 130 e 388, de 05/08/2015, 14/08/2015 e



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

02/09/2015, apreciei requerimentos da Defesa de Rogério Araújo de acesso a processos.

Somente foi denegado acesso aos processos que contém os próprios acordos de colaboração dos referidos acusados e as providências tomadas a partir deles, inclusive dados cujo sigilo é necessário, como local de residência, autorizações para deslocamentos, medidas que desveladas podem colocar em risco a segurança dos colaboradores.

Não obstante, cópias dos acordos, dos depoimentos prestados pelos colaboradores e das provas por eles apresentadas, foram todas disponibilizadas à Defesa.

Esses elementos probatórios assim como todos os demais que instruem à denúncia estão disponíveis à Defesa desde o início.

Apesar da impetração do habeas corpus, observo que somente com a petição apresentada posteriormente, em 02/10/2015 (evento 11 do habeas corpus), a Defesa discriminou os processos e provas aos quais não teria acesso.

Observo que essa mesma discriminação não foi trazida a este Juízo anteriormente.

Reclama a Defesa a falta de acesso ao processo 50085114-28.2014.404.7000. Este processo não existe, o número correto é 5085114-28.2014.404.7000, não tem sigilo e está disponível à Defesa.

Reclama a Defesa a falta de acesso ao processo 5073441-38.2014.404.7000. Esse processo, como adiantado, consiste no processo do acordo de colaboração de Augusto Ribeiro, sendo franqueado à Defesa apenas as peças necessárias ao exercício da Defesa, como cópia do acordo, da decisão de homologação, dos depoimentos e das prova apresentadas pelo colaborador. O restante deve ficar em sigilo para proteção do colaborador, não se vislumbrando necessidade para a Defesa dos delatados e de outros ter conhecimento do local de residência do colaborador, de seus trajetos de deslocamento para depoimento e de outros dados que podem colocar sua segurança em risco.

Reclama a Defesa a falta de acesso ao processo 5065094-16.2014.4.04.7000. Esse processo, como adiantado, consiste no processo do acordo de colaboração de Paulo Roberto Costa, sendo franqueado à Defesa apenas as peças necessárias ao exercício da Defesa, como cópia do acordo, da decisão de homologação, dos depoimentos e das prova apresentadas pelo colaborador. O restante deve ficar em sigilo para proteção do colaborador, não se vislumbrando necessidade para a Defesa dos delatados e de outros ter conhecimento do local de residência do colaborador, de seus trajetos de deslocamento para depoimento e de outros dados que podem colocar sua segurança em risco.

Reclama a Defesa a falta de acesso ao processo 5075916-64.2014.4.04.7000 . Esse processo, como adiantado, consiste no processo do acordo de colaboração de Pedro Barusco, sendo franqueado à Defesa apenas as peças necessárias ao exercício da Defesa, como cópia do acordo, da decisão de homologação, dos depoimentos e das prova apresentadas pelo colaborador. O restante deve ficar em sigilo para proteção do colaborador, não se vislumbrando necessidade para a Defesa dos delatados e de outros ter conhecimento do local de residência do



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

colaborador, de seus trajetos de deslocamento para depoimento e de outros dados que podem colocar sua segurança em risco.

Quanto ao aludido **anexo5** ao acordo que versaria sobre o paciente, esclareça-se que, em fase preliminar ao acordo, MPF e o colaborador, assistido por seus defensor, sintetizam as informações que dispõe. Posteriormente à formalização do acordo, são tomados os depoimentos e informações completas sobre os fatos.

Os depoimentos e informações completas prestadas por Pedro Barusco já estão nos autos e instruem a denúncia. Entretanto, tendo em vista o pleito, formulado no habeas corpus, de juntada também da síntese na fase preliminar, também determinarei ao MPF na ação penal a juntada da aludida síntese constante no referido anexo5.

Reclama a Defesa a falta de acesso ao processo 5023027-02.2015.4.04.7000. Esse processo consiste no processo do **acordo de colaboração de Rafael Angulo Lopez**, sendo franqueado à Defesa apenas as peças necessárias ao exercício da Defesa, como cópia do acordo, da decisão de homologação, dos depoimentos e das prova apresentadas pelo colaborador. O restante deve ficar em sigilo para proteção do colaborador, não se vislumbrando necessidade para a Defesa dos delatados e de outros ter conhecimento do local de residência do colaborador, de seus trajetos de deslocamento para depoimento e de outros dados que podem colocar sua segurança em risco.

Reclamou a Defesa a falta de acesso ao processo no qual teria sido decretada a quebra do sigilo telemático de Pedro Barusco, sem identificar o número dele. Esse processo é o 5005032-73.2015.4.04.7000 e a Defesa não havia requerido a este Juízo o acesso a ele. Nesta data levantei o sigilo sobre o feito, o que possibilitará que a Defesa o acesse. Não obstante, a prova relevante foi citada e, em princípio, juntada pelo MPF com a denúncia.

Reclama a Defesa a falta de acesso ao processo 5002744-55.2015.404.7000. Este processo apenas reúne todos os depoimentos prestados por Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef nos acordos de colaboração. Os depoimentos relevantes e pertinentes à ação penal 5036528-23.2015.4.04.7000 já a instruem.

Ao final de sua petição, a Defesa arrola vários documentos que supostamente citados pela denúncia a Defesa a eles não teria tido acesso.

Observo que, como foi consignado nos despachos acima, **há vários documentos que, por sua extensão, estão depositados em Secretaria, em mídia disponível às partes. Então o mais provável que os elementos ali citados estejam depositados em Secretaria na mídia referida, acessível à Defesa desde o início.**

De todo modo, inviável, porém, a manifestação do Juízo a esse respeito, pois **a pretensão específica de acesso aos referidos elementos foi apresentada diretamente à instância recursal.** Deveria ser formulada a este Juízo para que este pudesse previamente tomar eventuais esclarecimentos do MPF e verificar se de fato há elementos faltantes.

Enfim, não há qualquer cerceamento defesa, tendo a Defesa pleno acesso a todos os elementos necessários para o exercício de sua defesa. Havendo elementos adicionais, deve, porém, apresentar requerimento circunstanciado ao Juízo e não



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

alegações genéricas ou requerimentos circunstanciados diretamente á Corte de Apelação.'

Como se vê, a autoridade impetrada demonstrou a inexistência do alegado cerceamento de defesa, ponderando que todas as informações relativas ao exercício da ampla defesa foram franqueadas à defesa do paciente, exceto aquelas que dizem respeito à segurança pessoal dos colaboradores e aquelas sobre as quais não houve pedido diretamente ao magistrado.

Com efeito, a parte tem direito ao acesso a todas as provas que possam interferir na sua defesa, respeitados, porém, o sigilo de dados pessoais dos colaboradores. Nenhuma ilegalidade, assim, se verifica no indeferimento motivado ao pedido de acesso integral a determinados procedimentos sigilosos.

Note-se que no sistema processual vigente, o juiz é o destinatário da prova e pode recusar a realização daquelas que se mostrarem irrelevantes, impertinentes ou protelatórias, conforme previsão do artigo 400, §1º, do Código de Processo Penal. [...]

Assim, o sigilo referente às informações constantes nos autos de delação premiada deve ser mantido, para preservação dos colaboradores, não havendo ilegalidade na decisão nesse ponto.

Esclareceu o magistrado, ainda, que estava franqueando o acesso a alguns documentos, e que algumas insurgências do paciente não foram sequer formuladas no juízo de origem.

Da análise da lista apresentada pela defesa do impetrante em cotejo com a decisão acima transcrita, vê-se que a autoridade coatora determinou '... ao MPF na ação penal a juntada da aludida síntese constante no referido anexo5', bem como deferiu acesso a 'quebra do sigilo telemático de Pedro Barusco'. Não conheço, assim, da impetração nesse ponto.

Afirmou a autoridade, ainda, em relação aos demais documentos, que não houve pedido de acesso formulado pela defesa, razão pela qual também não deve ser conhecida a impetração, pois inexistente ato coator, considerando que não há negativa do magistrado em atender o pleito da defesa.

Assim, eventual discussão a respeito de quaisquer vícios materiais e formais da prova ou a ocorrência de cerceamento de defesa poderá ter lugar no curso da própria ação penal ou mesmo em sede recursal, de modo que não se mostra, de momento, flagrante constrangimento ilegal capaz de provocar a suspensão dos atos processuais.

Ante o exposto, voto por conhecer em parte da impetração e, na parte conhecida, denegar a ordem de habeas corpus, nos termos da fundamentação" (fls. 34-39).

Exsurge dos autos, inicialmente, a impossibilidade de análise dos pedidos referentes à nulidade do processo em razão da oitiva de um colaborador como testemunha durante a instrução, bem como acerca da ausência de manifestação do juiz de primeiro grau



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

sobre a expedição de ofício ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) dirigido às autoridades suíças, uma vez que se verifica, de plano, da análise do v. acórdão reprochado, que tais pleitos sequer foram apreciados pela eg. Corte **a quo**.

Desse modo, inviável o exame dos pedidos, na hipótese, pois tal proceder configuraria **indevida supressão de instância**, situação rechaçada por essa Corte, conforme revelam os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. TRANSNACIONALIDADE. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÕES. POSSE DE EXPLOSIVOS E ARTEFATOS. DOSIMETRIA. AVENTADA ILEGALIDADE NA FIXAÇÃO DA PENA-BASE E NA APLICAÇÃO DO ART. 40, INCISO I, DA LEI DE DROGAS. MATÉRIAS NÃO SUSCITADAS E DEBATIDAS PERANTE O TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. APELAÇÃO. EFEITO DEVOLUTIVO. RECURSO IMPROVIDO.

1. O efeito devolutivo do recurso de apelação encontra limites nas razões expostas pelo recorrente, em respeito ao princípio da dialeticidade que rege os recursos no âmbito processual penal pátrio, por meio do qual se permite o exercício do contraditório pela parte que defende os interesses adversos, garantindo-se, assim, o respeito à cláusula constitucional do devido processo legal.

2. Da análise dos autos, verifica-se que o acórdão que julgou o recurso do réu não fez qualquer menção à dosimetria, mormente por não ter sido o tema aventado em sede de apelação.

*3. Tal questão deveria ter sido arguida no momento oportuno e perante o juízo competente, no seio do indispensável contraditório, circunstância que evidencia a impossibilidade de análise da impetração por este Sodalício, **sob pena de se configurar a indevida prestação jurisdicional em supressão de instância.***

*4. Agravo regimental improvido" (AgRg no HC n. 259.387/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 8/10/2014).*

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM SEDE DE APELAÇÃO. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ESPECIAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PENAS-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO OCORRÊNCIA.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

QUANTIDADE DA DROGA. MAUS ANTECEDENTES. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA. REMOÇÃO PARA O REGIME ABERTO OU SEMIABERTO. TEMAS NÃO ENFRENTADOS NA ORIGEM. COGNIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO.

[...]

2. *In casu*, não se vislumbra ilegalidade manifesta a ser reconhecida, porquanto as instâncias ordinárias adotaram fundamentos concretos para justificar a exasperação da penas-base acima do mínimo legal, não parecendo arbitrário o quantum imposto, tendo em vista a quantidade da droga apreendida - 65.817,9 g de maconha - (art. 42 da Lei n.º 11.343/2006) e a existência de maus antecedentes.

3. **Os temas referentes aos pleitos de aplicação da causa especial de redução de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/06 e de remoção do paciente para o regime aberto ou semiaberto não foram apreciados pelo Tribunal a quo, o que impede sua cognição por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.**

4. *Habeas corpus não conhecido*" (HC n. 286.257/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 9/10/2014).

Com efeito, consta, no v. acórdão, que a defesa teve acesso a todos os termos de colaborações premiadas que foram requeridos, todavia o MM. Juiz de Primeiro Grau apenas obteve o conhecimento de dados como **local de residência e autorizações para deslocamentos**, com objetivo zelar pela segurança dos colaboradores (fl. 34).

A despeito do art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.850/13 prever que o acordo de colaboração premiada deixa de ser sigiloso com o recebimento da denúncia, o referido dispositivo deve ser interpretado em conjunto com o artigo 5º da própria lei, o qual dispõe, **verbis**:

"Art. 5º São direitos do colaborador:

I - usufruir das medidas de proteção previstas na legislação específica;

II - ter nome, **qualificação**, imagem e **demais informações pessoais preservados**;

[...]"

Em artigo publicado na Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal, intitulado "*A Colaboração Premiada: um Braço da Justiça Penal Negociada*", **Antônio**



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Sérgio Peixoto Marques afirma que, *"Em que pese a nova lei estabelecer que o sigilo do acordo se encerra com o recebimento da denúncia, é importante ressaltar que essa questão não se resolve simplesmente pelo regramento legal, posto que a matéria deve ser aferida sob o prisma principiológico. Nesse ambiente, deve ser ponderado o direito do delatado ao acesso a esse acordo como garantia do contraditório e da ampla defesa, e, também, as garantias de integridade física do colaborador e sua família, bem como de prosseguimento de investigações em outras direções além do caso examinado em determinado processo"* (Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal, n. 60, pg. 57, grifei).

Observa-se do artigo 5º acima transcrito que é direito do colaborador ter a sua qualificação e dados pessoais preservados. **No presente caso**, a decisão do magistrado de vedar o acesso a essas informações está assente com a legislação de regência, bem como não tem o condão de inviabilizar o direito de defesa do ora paciente.

No tocante à falta de acesso à quebra do sigilo telemático de Pedro Barusco, o MM. Juiz, ao prestar informações ao eg. Tribunal de origem, assim consignou, **verbis**:

"Reclamou a Defesa a falta de acesso ao processo no qual teria sido decretada a quebra do sigilo telemático de Pedro Barusco, sem identificar o número dele. Esse processo é o 5005032-73.2015.4.04.7000 e a Defesa não havia requerido a este Juízo o acesso a ele. Nesta data levantei o sigilo sobre o feito, o que possibilitará que a Defesa o acesse. Não obstante, a prova relevante foi citada e, em princípio, juntada pelo MPF com a denúncia [...]" (fls. 35-36).

Denota-se que a defesa sequer tinha requerido o acesso à referida quebra de sigilo telemático, portanto, neste aspecto, não havia uma decisão de indeferimento pelo magistrado de primeiro grau que viabilizasse o manejo de **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**.

Ademais, conforme registrado no trecho acima transcrito, o sigilo sobre os dados telemáticos de Pedro Barusco já foi levantado, bem como as provas relevantes foram juntadas com o oferecimento da denúncia. Dessarte, não há flagrante ilegalidade a ser sanada pela presente via do **writ**.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Quanto ao anexo 05 da denúncia, este se refere ao termo de colaboração premiada de Pedro Barusco, o qual foi juntado com a inicial acusatória, acompanhado dos depoimentos e informações completas sobre os fatos. Além do mais, diante do pedido de acesso à íntegra do anexo 05 em sede de **habeas corpus**, o MM. Juiz consignou que iria determinar a juntada da fase preliminar do acordo de colaboração pelo Ministério Público Federal.

Como cediço tanto na jurisprudência quanto na doutrina a colaboração premiada tem natureza jurídica de **meio de obtenção de prova**. Dessa forma, um acordo de colaboração não enseja, por si só, uma sentença condenatória, aquele precisa estar amparado por um conjunto probatório, conforme o art. 4º, § 16, da Lei nº 12.850/13.

A propósito, o em. Ministro Celso de Mello, no bojo da Pet. 5.700/DF (Informativo 800 - DJe 01º/10/2015), assim dispôs acerca do instituto da colaboração premiada, **verbis**:

*"(...) A colaboração premiada, **que não é meio de prova**, acha-se legalmente disciplinada como instrumento de obtenção de dados e subsídios informativos. Valor e restrição concernentes ao depoimento do agente colaborador (...).*

Registro**, inicialmente, **que o instituto da colaboração premiada, especialmente** nos termos **em que disciplinado** pela Lei nº 12.850/2013 (arts. 4º a 7º), **vem sendo reconhecido**, por esta Suprema Corte,(...), **como relevante instrumento de obtenção de prova, e não como meio de prova (HC 127.483/PR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Pleno) (...).

'(...) o fato é que a Lei nº 12.850/2013 “(...) traz aspectos positivos ao garantir ao delatado maior possibilidade de questionar o depoimento do delator, ao buscar diminuir a possibilidade de erro judiciário vedando-se condenação com fundamento exclusivo em delação, ao procurar garantir a integridade física do colaborador e ao regulamentar o acordo de colaboração, o que antes inexistia’ (...).

*O aspecto que venho de ressaltar – **impossibilidade de condenação penal** com suporte unicamente em depoimento **prestado** pelo agente colaborador, **tal como acentua a doutrina** (EDUARDO ARAÚJO DA SILVA, “**Organizações Criminosas: aspectos penais e processuais da Lei nº 12.850/13**”, p. 71/74, item n. 3.6, 2014, Atlas, v.g.) – **constitui importante limitação de ordem jurídica que, incidindo** sobre os poderes do Estado, **objetiva impedir que falsas imputações dirigidas a terceiros “sob pretexto de colaboração com a Justiça” possam provocar inaceitáveis** erros judiciais, com **injustas** condenações de pessoas inocentes.”*



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Na hipótese, a defesa teve acesso ao acordo de colaboração premiada de Pedro Barusco, contido no anexo 05 da denúncia. O conhecimento acerca da fase preliminar ao referido acordo não é imprescindível para o exercício do contraditório e ampla defesa. Aliás, a colaboração premiada em si é apenas um meio de obtenção de prova, e não um meio de prova, quicá a fase de tratativas entre o colaborador e o Ministério Público ou a autoridade policial será uma espécie de prova. Dessarte, a eventual falta de acesso à esta fase não tem o condão de anular o processo por cerceamento de defesa.

Quanto à tese de que a defesa não teve acesso à integralidade das investigações realizadas no bojo da "**Operação Lava-jato**", vale ressaltar o disposto na **Súmula Vinculante n. 14/STF**: *"É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa"*.

Deve-se frisar que o col. **Supremo Tribunal Federal**, ao examinar a matéria à luz dos princípios da ampla defesa e das prerrogativas dos advogados, sinalizou pela possibilidade de equilíbrio e efetividade tanto da garantia do exercício do direito de defesa, **bem como da proteção das informações relativas à investigações ainda em curso, a fim de garantir sua eficácia.**

É o raciocínio, a meu ver, a ser aplicado ao presente caso. Com efeito, não há dúvida de que, a partir de uma análise atenta dos autos, foi franqueado à defesa o acesso daquilo que possuiria relação com o ora paciente, o que permitiria o exercício do direito de defesa. Além do mais, os requerimentos específicos da defesa de acesso aos elementos informativos e às provas foram deferidos pelo juízo de primeiro grau.

Por fim, cumpre registrar que em tema de nulidade de ato processual, de acordo com o princípio **pas de nullité sans grief** e nos termos do art. 563 do CPP, para o reconhecimento da nulidade, é imprescindível a demonstração do prejuízo sofrido, pois *"nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa"*.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ao interpretar essa regra, a jurisprudência desta Corte reitera que a declaração de nulidade fica subordinada não apenas à alegação de existência de prejuízo, mas à efetiva demonstração de sua ocorrência.

Nesse sentido, dentre vários, cito o seguinte julgado:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS PARA OITIVA DAS TESTEMUNHAS DE DEFESA. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO NA AUDIÊNCIA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

2. Eventual nulidade depende, para ser declarada, de demonstração de efetivo prejuízo, o que não se observa na hipótese sub examine, porque foi nomeado defensor dativo na realização das audiências no Juízo deprecado.

[...]

4. Recurso desprovido" (RHC n. 39.247/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Laurita Vaz**, DJe de 29/10/2013, grifei).

No presente caso, não vislumbro qualquer flagrante ilegalidade apta a autorizar a concessão da ordem de ofício. E não foi demonstrado a existência de prejuízo para a defesa, portanto, inviável o reconhecimento de nulidade por cerceamento de defesa.

Ante o exposto, **não conheço o habeas corpus**.

É o voto.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO QUINTA TURMA

Número Registro: 2015/0296257-9

PROCESSO ELETRÔNICO

HC 341.790 / PR
MATÉRIA CRIMINAL

Números Origem: 50027445520154047000 50050327320154047000 50230270220154047000
50356479420154040000 50365282320154047000 50650941620144047000
50734413820154047000 50759166420144047000

EM MESA

JULGADO: 26/04/2016

Relator

Exmo. Sr. Ministro **FELIX FISCHER**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro FELIX FISCHER

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. FRANCISCO DE ASSIS VIEIRA SANSEVERINO

Secretário

Bel. MARCELO PEREIRA CRUVINEL

AUTUAÇÃO

IMPETRANTE	: GUILHERME ZILIANI CARNELOS E OUTROS
ADVOGADO	: GUILHERME ZILIANI CARNELOS E OUTRO(S)
IMPETRADO	: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A REGIÃO
PACIENTE	: ROGERIO SANTOS DE ARAUJO (PRESO)
CORRÉU	: CESAR RAMOS ROCHA
CORRÉU	: MARCELO BAHIA ODEBRECHT
CORRÉU	: MARCIO FARIA DA SILVA
CORRÉU	: ALBERTO YOUSSEF
CORRÉU	: ALEXANDRINO DE SALLES RAMOS DE ALENCAR
CORRÉU	: BERNARDO SCHILLER FREIBURGHaus
CORRÉU	: CELSO ARARIPE D OLIVEIRA
CORRÉU	: EDUARDO DE OLIVEIRA FREITAS FILHO
CORRÉU	: PAULO ROBERTO COSTA
CORRÉU	: PAULO SERGIO BOGHOSSIAN
CORRÉU	: PEDRO JOSE BARUSCO FILHO
CORRÉU	: RENATO DE SOUZA DUQUE

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Ação Penal - Provas

SUSTENTAÇÃO ORAL

SUSTENTOU ORALMENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia QUINTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

"A Turma, por unanimidade, não conheceu do pedido."

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.